



VII Congresso **CONSAD**
de Gestão Pública

Centro de Convenções Ulysses Guimarães
Brasília/DF – 25, 26 e 27 de março de 2014

A AUTOMAÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL: A EXPERIÊNCIA DE PERNAMBUCO NO CONTROLE E LOCALIZAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

**FABIANA RAMALHO CARNEIRO LEÃO
GISELE GOMES DE SOUSA**



A AUTOMAÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL: A EXPERIÊNCIA DE PERNAMBUCO NO CONTROLE E LOCALIZAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Fabiana Ramalho Carneiro Leão
Gisele Gomes de Sousa

RESUMO

A gestão dos bens móveis públicos no estado de Pernambuco passa por grande reformulação em sua forma de controlar o patrimônio com o uso de tecnologias para automatizar o procedimento de inventário patrimonial. Em 2013, a Secretaria de Administração iniciou o projeto de levantamento de bens móveis, compreendendo a identificação, avaliação e responsabilização dos bens móveis das secretarias de estado, catalogados em diversas bases de dados. A primeira fase do projeto consiste no desfazimento de bens inservíveis e aquisição de equipamentos de identificação e localização, como coletores de dados e etiquetas. Em seguida, promove-se o levantamento físico e a avaliação do bem, incluindo a identificação através do sistema RFID (Identificação por radio frequência), e por fim, a responsabilização do bem móvel com a geração do termo eletrônico. Os primeiros resultados obtidos são a higienização da base de dados, a atualização do valor do patrimônio e a padronização da descrição dos bens. O projeto será concluído em 2014 com o levantamento e identificação total de 1 (um) milhão de bens móveis em todo o estado.

Palavras-chave: Gestão Pública. Patrimônio. Inventário.



INTRODUÇÃO

O tema Patrimônio Público tem sido recorrente nos diversos fóruns de gestão pública por se tratar de área de relevante interesse tanto dos órgãos de planejamento e gestão como dos órgãos de controle, haja vista a representatividade do montante que gira em torno das aquisições governamentais. Uma vez adquirido, o bem patrimonial deve ser controlado contemplando desde seu ingresso, movimentações, manutenções e, por fim o seu desfazimento, comumente chamado de baixa patrimonial.

A principal ferramenta de controle da gestão patrimonial é o inventário que, de acordo com Dias (2006) e Santos (2010), é a discriminação organizada e analítica dos bens e valores integrantes de um patrimônio num determinado momento, objetivando atender uma finalidade determinada.

O inventário patrimonial além de atender uma necessidade gerencial, é obrigação legal sendo por isto alvo de auditorias internas e externas. Nesse cenário surgem como auxiliares do negócio patrimonial as tecnologias, especificamente de localização, com a promessa de garantir um maior controle de maneira mais rápida e fácil, contribuindo com a realização do inventário em menor tempo e com maior qualidade.

O mercado tem expandido o leque de produtos voltados para o controle patrimonial, especificamente para ferramentas de localização em tempo real. Setores como saúde e varejo já fazem uso da tecnologia de identificação por rádio frequência para os mais diversos objetivos, seja para localizar os médicos seja para controlar o estoque da farmácia, a facilidade prometida pela tecnologia salta os olhos de qualquer gestor. Percebe-se que as empresas fornecem não só o produto em si, mas soluções de controle incluindo serviços de levantamento de bens e padronização dos materiais o que as tornam cada vez mais competitivas e o setor público começa a fazer uso disso, acompanhando o mercado e buscando as melhores práticas.



Do uso de sistema informatizado de controle patrimonial e coletores de dados a etiquetas de identificação por rádio frequência, a construção de um modelo de inventário automatizado com foco para o resultado e inovação é uma ação que destrava aspectos de morosidade tão comuns em qualquer inventário.

Além do uso de tecnologias, outro fator que garante uma gestão de bens mais eficiente é a responsabilização: a responsabilidade do servidor público no uso dos bens móveis sob sua guarda para a consecução dos trabalhos no órgão. Atores inerentes à sistemática patrimonial, os servidores responsáveis garantirão a manutenção do controle dos bens que a tecnologia por si só não conseguiria.

É sob essa nova ótica que a Secretaria de Administração do Estado formulou o projeto de levantamento de bens móveis com o objetivo de atualizar sua base de dados patrimoniais, padronizar processos, valorar os bens, conciliar saldos contábeis além de emitir termos de responsabilidade eletrônicos para manter um maior controle sobre a gestão mobiliária estadual. A secretaria visa uma gestão patrimonial eficiente, ágil e moderna tanto do ponto de vista tecnológico como de gestão pautada nas melhores práticas do mercado contemplando toda a cadeia logística desde a solicitação de compra até o recebimento, inventário e baixa do bem.

Os benefícios esperados pelo projeto são: levantamento dos bens públicos, mapeamento da estrutura organizacional, saldos contábeis atualizados, padronização das descrições, responsabilização e automação do inventário patrimonial.

Este trabalho encontra-se dividido em sete partes, sendo a primeira essa introdução. Na segunda, destaca-se o papel da Secretaria de Administração como órgão central de patrimônio no processo de implantação de um novo modelo de gestão, abordando a importância da padronização dos processos patrimoniais e ainda o uso de tecnologias. Na terceira parte, identificam-se as fases do projeto de levantamento de bens coordenado pela secretaria, bem como os aspectos de responsabilidade patrimonial. Na quarta parte, apresentam-se os primeiros resultados, seguido das ações futuras para o ano de 2014 destacadas na quinta parte. Em seguida demonstra-se a metodologia e, por fim, a sétima parte traz as considerações finais.



Por se tratar de tema complexo e em transformação, este trabalho não pretende esgotar o assunto, haja vista as diversas dimensões que podem ser alvo de pesquisa quando se fala em gestão patrimonial.

1 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar a experiência de Pernambuco no controle e localização dos bens móveis através da automação do procedimento de inventário coordenado pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Como objetivos específicos serão demonstrados, no âmbito da gestão patrimonial, o papel do servidor público enquanto responsável pelos bens que estão sob sua guarda e o mapeamento da estrutura organizacional dos órgãos inventariados como peça chave para a localização e responsabilização dos bens.

Por fim, verifica-se o novo cenário da gestão patrimonial através do uso de tecnologias aliadas a modelos de controle de mercado como sistema integrado de gestão pública, impressoras de etiquetas de identificação por rádio frequência e coletores de dados.

2 O CONTROLE DOS BENS MÓVEIS ATRAVÉS DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE LOCALIZAÇÃO

Uma gestão patrimonial eficiente traz em seu escopo a premissa de manter os cadastros patrimoniais sempre atualizados e valorados e a agilidade na execução desses procedimentos é de fundamental importância.

Bernardes (2009, p. 10) destaca que “controle patrimonial é uma forma pela qual as organizações gerenciam todos os bens móveis e imóveis adquiridos de variadas formas (compra, doação etc.)”. Estes bens são utilizados pelas organizações na consecução dos objetivos vinculados às políticas públicas vigentes, em última análise, na execução dos serviços públicos.



Os bens públicos diferenciam-se dos bens privados tanto por sua titularidade, como por seu regime jurídico, pois aqueles se sujeitam ao direito público. O referido regime carrega uma série de prerrogativas como, por exemplo, a imunidade tributária e imprescritibilidade, incluindo várias restrições ao seu uso e à sua alienação.

O Código Civil classifica do seguinte modo os bens públicos:

Art. 99. São bens públicos:

- I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;
- II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;
- III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Este trabalho refere-se ao controle de *bens móveis* públicos.

Os bens de uso comum (praças, rodovias) e bens dominicais não farão parte do objeto de estudo deste trabalho.

Os bens públicos, mediante interesse da Administração Pública, podem sofrer afetação e desafetação. Segundo José dos Santos Carvalho Filho (2008, p. 1008), afetação é o fato administrativo pelo qual se atribui ao bem público uma destinação pública especial de interesse direto ou indireto da Administração.

Já a desafetação, por sua vez, é o inverso: fato administrativo pelo qual um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior.

Em relação ao controle dos bens públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que regulamenta o art. 163 da Constituição Federal é vista como um marco na administração pública, por se preocupar com a gestão fiscal e patrimonial, estabelecendo normas detalhadas e imperativas da administração das finanças públicas dos Poderes da União, dos Estados Federados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive empresas controladas e estatais dependentes (art. 2º da LRF).



A referida lei regula a gestão fiscal e patrimonial dos recursos públicos, cuidando, entre outros aspectos, da transparência e da fiscalização desses recursos, na busca do equilíbrio e eficiência da gestão pública.

Além dos aspectos normativos, o tema controle patrimonial ainda guarda outras características que colocam a gestão pública em uma distância considerável em relação às práticas patrimoniais da iniciativa privada.

Observa-se, na gestão pública, um demasiado controle orçamentário no momento das aquisições governamentais e seus processos licitatórios, onde tudo se registra e se controla ao máximo. Entretanto não se observa a mesma cautela, o mesmo controle quando do recebimento desses bens e muito menos durante a manutenção da vida útil dessas aquisições. Com o advento da nova contabilidade pública o controle físico dos bens passa a assumir seu lugar de direito como o objeto da contabilidade. Nessa esteira, os órgãos responsáveis pela política patrimonial estão se adaptando aos novos procedimentos de controle e implantando novos modelos de gestão que garantam o efetivo controle dos bens, sua localização, valor e responsabilização.

A tecnologia tem se mostrado um forte aliado nesse desafio através dos sistemas informatizados de controle patrimonial, os coletores de dados e, ainda, as etiquetas de identificação patrimonial. O investimento em ferramentas tecnológicas torna-se fundamental para uma exitosa gestão do patrimônio público estadual.

Automatizar e simplificar o processo de controle das movimentações dos bens, obter rastreabilidade, proporcionar mais segurança são algumas das vantagens no uso das tecnologias de controle patrimonial. Um bom sistema informatizado de patrimônio permite o cadastro de todos os dados relativos aos bens, sua localização, alocação em centro de custos e a atribuição de responsável atrelado ao sistema de pessoal do órgão, além de controlar todas as movimentações ocorridas durante a vida útil do bem até o momento de sua baixa do acervo patrimonial. A Secretaria de Administração do Estado coordena a implantação de um sistema integrado de gestão pública e no ano de 2014 iniciou os trabalhos de treinamento e operação assistida nos órgãos estaduais da administração direta. Esse sistema, intitulado PE – Integrado, foi formalmente instituído pelo Decreto Estadual nº 40.222 de 24 de dezembro de 2013 e contempla as áreas de compras,



licitações, patrimônio e almoxarifado. Com essa ação espera-se um grande salto no controle patrimonial no Estado de Pernambuco aliado ao uso das novas tecnologias de localização, como as etiquetas por rádio frequência ([RFID](#), na sigla em inglês), impressoras e os coletores de dados.

A aquisição de impressoras de etiquetas patrimoniais e de coletores de dados permitirá a padronização e otimização do controle patrimonial e dos estoques de materiais dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, possibilitando maior celeridade, economicidade e eficácia a estes processos, aperfeiçoando e modernizando a gestão do patrimônio público estadual.

A tecnologia RFID é usada para a identificação de pessoas e bens de maneira geral. Entre as vantagens no uso da tecnologia RFID em relação ao código de barras é o fato de aquela poder ser lida sem contato visual. Ainda que os bens estejam embalados, dentro de caixas ou ainda encostados na parede e de difícil acesso, as etiquetas RFID poderão ser lidas e detectadas.

Espera-se que o trabalho realizado pela comissão de inventário seja bem mais rápido, eficiente e de qualidade com o uso dessas novas tecnologias.

2.1 O papel do órgão central de patrimônio para a implantação do novo modelo de gestão patrimonial mobiliária.

A Secretaria de Administração do Estado, órgão central do Subsistema de patrimônio e materiais, de acordo com o inciso I do art. 2º do Decreto Estadual nº 38.875, de 22 de novembro de 2012, tem como competência, entre outras atribuições, promover a aplicação de novas tecnologias, visando aos padrões de modernização e de sustentabilidade, que assegurem a melhoria dos serviços e o aumento da produtividade.

Considerando essa competência em especial a secretaria coordenou três processos licitatórios para viabilizar o uso de novas tecnologias, quais sejam: a aquisição de sistema informatizado e integrado de gestão pública, contratação de serviço de inventário e, por fim, aquisição de impressoras de etiquetas, coletores de dados e suprimentos.



Essas aquisições e contratações têm como objetivo otimizar seus processos internos através da implantação de um novo modelo de gestão patrimonial mobiliária baseado no uso de tecnologias.

Além da reestruturação da gestão patrimonial sob o ponto de vista tecnológico, a secretaria padronizou os principais procedimentos patrimoniais através das publicações dos cadernos de orientação e destacou na grade de cursos do Centro de Formação do Servidor a capacitação anual em gestão patrimonial.

Como gestor central do patrimônio estadual, a secretaria busca promover o controle efetivo dos bens do Estado, zelando pelo patrimônio público e, ainda, estabelecer uma política de padronização de procedimentos, promovendo a eficiência e a agilidade na gestão de patrimônio e materiais, bem como a redução dos custos operacionais para a Administração Pública.

A Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco iniciou em 2012 a implantação do Novo Modelo de Gestão Patrimonial para todo o estado, baseado em cinco dimensões: sistema, estrutura, serviços, processos e normas. O projeto de levantamento de bens móveis estaduais atua como uma das frentes do novo modelo de gestão patrimonial.

O escopo do novo modelo de gestão foi construído a partir das seguintes premissas:

- Atendimento aos procedimentos, regras e prazos da Secretaria do Tesouro Nacional.
- Alinhamento ao Modelo Integrado de Gestão, vigente no Estado.

A gestão patrimonial estadual entende que todos os cinco pilares do modelo funcionam como complementares na medida em que integram sistemicamente o cenário pretendido, promovendo a eficiência esperada com sua adoção. Neste trabalho, o enfoque estará relacionado aos pilares serviços, processos e sistema principalmente.

2.2 A importância da padronização de processos patrimoniais na gestão pública

Padronizar é o modo como as organizações buscam garantir a qualidade de seus produtos e serviços e ainda reduzir seus custos.



O mapeamento dos principais processos patrimoniais, bem como a identificação de pontos de melhoria e redesenho desses processos servem como um dos pilares no novo modelo de gestão patrimonial implantado pela secretaria considerando a sua competência em propor, elaborar e expedir normas gerais e manuais sobre gestão de patrimônio.

A falta de padronização de procedimentos básicos de patrimônio entre as diversas secretarias e também a carência de normativos técnicos para orientar os gestores públicos no dia-a-dia de suas atribuições foram as justificativas mais urgentes identificadas pela secretaria.

O passo-a-passo do diversos procedimentos, entre eles o inventário, avaliação e desfazimento de bens precisavam de urgente manualização, com uma linguagem didática e de rápido entendimento e aplicação por parte dos gestores. No ano de 2013 foram elaborados Cadernos de Orientação relativos aos procedimentos de Desfazimento de bens Inservíveis e Inventário de Bens Móveis e Materiais e disponibilizados no site oficial da secretaria.

Outra ação de extrema relevância para a padronização dos processos foi o advento do sistema integrado de gestão pública, especificamente o módulo de patrimônio. O PE - Integrado (nome do sistema) será utilizado por todos os órgãos, sendo esta a maior ação de padronização de processos ocorrida no estado, pois as funcionalidades patrimoniais como cadastro, movimentações, avaliações, inventário, baixas e termos de responsabilidade foram especificadas de acordo com as regras de negócio implementadas pela secretaria. Será mantida na secretaria uma estrutura de suporte ao usuário de patrimônio tanto nas demandas de negócio como de tecnologia para sanar as dúvidas e propor as melhorias e evoluções do sistema PE - Integrado.

A funcionalidade inventário, especificamente, permitirá a possibilidade de envio de arquivo para o coletor de dados para a realização do inventário eletrônico, bem como terá a possibilidade do inventário manual com a emissão da relação de bens por unidade gestor, departamento ou centro de custos. O tratamento das divergências encontradas durante o inventário terá repercussão na funcionalidade de cadastro gerando a movimentação para os bens localizados em departamentos errados, atualizando automaticamente a carga patrimonial do agente responsável.



2.3 O uso da Tecnologia da Informação na gestão pública

De livros de tombos a etiquetas RFID, a gestão pública evoluiu no sentido de aprimorar suas técnicas de controle e hoje tem a sua disposição um leque de serviços que prometem garantir a agilidade e precisão em tempo real na localização de seus bens.

Georreferenciamento, rádio frequência, coletores de dados entre outros, são hoje termos comuns na vida dos gestores que buscam um melhor controle patrimonial.

A etiqueta RFID emite uma onda de frequência de rádio por meio de uma antena para um transponder, mais conhecido por tag. O tag absorve e responde com alguma informação que é gerenciada por um sistema computacional.

Tags RFID são “chips” que podem ser encapsulados em diversos formatos e materiais como: plástico, tecido, madeira, couro, vidro, epóxi, etc., para assegurar a sua proteção, ao mesmo tempo em que assegura a integridade da aplicação. Suporta desde ambientes limpos até ambientes hostis: altas temperaturas, ambientes úmidos, produtos corrosivos, etc.

(<http://www.rfid.ind.br>. Acesso em 22 fev. 2014)

As tags estão disponíveis em diversos formatos, tais como cartões, pastilhas, argolas e podem ser ativas ou passivas.

“As tags ativas são alimentadas por uma bateria interna e permitem processos de escrita e leitura, e emitem, por si só, o sinal de rádio que as identifica. As tags passivas são do tipo só leitura, normalmente usadas em identificação de objetos, pois são mais baratas e não emitem apenas o sinal de rádio, mas respondem ao sinal que é emitido pela antena.” (Gl. Sci. Technol., v. 01, n. 07, p.51, dez/mar. 2008).



O uso dessas ferramentas é um fator que visa garantir a automação do procedimento de inventário na gestão pública. O projeto de levantamento de bens capitaneado pela secretaria contempla em seu escopo a identificação dos bens a partir das etiquetas RFID ou etiquetas inteligentes.

Após estudo de viabilidade, restou comprovado que a impressão das etiquetas é a melhor relação custo benefício para uma demanda estadual desde que o quantitativo seja em escala. Nesse sentido, a secretaria optou por adquirir as impressoras de etiquetas e disponibilizá-las para as demais secretarias de estado, bem como a disponibilização dos coletores de dados (em cronograma anual de inventário).

3 NOVA GESTÃO PATRIMONIAL MOBILIÁRIA: A AUTOMAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE INVENTÁRIO.

O Novo Modelo de Gestão Patrimonial do Estado de Pernambuco serviu de base para as reformulações nas diversas áreas de negócio da secretaria. O controle de bens móveis, em especial, passou por uma revisão de procedimentos, normas e serviços que colaborou com a implantação do projeto de levantamento de bens móveis em todo o estado.

Dividido em 3 (três) fases, o projeto inicia com o desfazimento de bens inservíveis e aquisição de equipamentos de controle e localização de bens. A decisão de montar ações paralelas foi motivada pelo tempo relativamente curto para a implantação da convergência contábil o que levou a secretaria a destacar em sua equipe duas frentes: uma equipe para tratar do legado patrimonial e outra para tratar do novo modelo a ser implantado. A entrega desta fase é a remoção e destinação dos bens inservíveis e o recebimento dos equipamentos.

Na fase seguinte, temos o levantamento físico *in loco* dos bens tanto por equipe própria como por contratação de consultoria. O produto desta fase é a entrega de relatório de bens em formato eletrônico (planilhas de dados), incluindo a correta identificação através da padronização de descrição de materiais e o mapeamento da estrutura organizacional dos órgãos inventariados. Esta fase encontra-se em andamento.



Por fim, a partir da localização dentro da estrutura organizacional, identifica-se o servidor responsável pelo bem com a emissão de termo eletrônico através de sistema informatizado. A disponibilização do sistema em ambiente de produção está prevista para final do 1º semestre de 2014.

Quadro 01 – Fases do projeto de levantamento de bens móveis.

Fases	Descrição das ações	2013	2014.1	2014.2
01	Desfazimento de bens inservíveis	x		
	Aquisição de equipamentos	x		
02	Levantamento físico dos bens	x	x	
03	Responsabilização			x

Fonte: Elaborado pelas autoras (2014)

A seguir, o detalhamento das fases do projeto.

3.1 O desfazimento de bens inservíveis e aquisições de equipamentos de localização

A maior dificuldade relatada na gestão patrimonial é a mudança de localização dos bens nos órgãos, entretanto quando se inicia o inventário de bens a comissão de inventário (equipe formalmente instituída para este fim) encontra uma quantidade considerável de bens que não deveriam estar naqueles locais por motivo de inservibilidade o que gera um atraso na realização dos trabalhos (que comumente é conhecido por ser demorado, moroso e cansativo). Essa limpeza



prévia ao levantamento de bens facilita e otimiza o trabalho da comissão de inventário. O gestor de patrimônio deve realizar rotineiramente esse trabalho de vistoria patrimonial para o desfazimento de bens inservíveis evitando o acúmulo de bens ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Uma vez feito o desfazimento desses bens, o ambiente que será inventariado conterá apenas os bens em uso, ativos, postos a disposição dos servidores na consecução dos serviços públicos.

Esquema 01: Ciclo de desfazimento de bens móveis



Fonte: Elaborado pelas autoras (2014).

Integrantes do Modelo de Gestão Integrado, analistas em gestão administrativa lotados na Gerência Geral de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia da Secretaria de Administração coordenam o trabalho de vistoria para o desfazimento de bens nas grandes secretarias de estado, como por exemplo, Secretaria de Defesa Social e Secretaria de Educação. Os bens são identificados, avaliados, loteados e destinados para alienação na maioria dos casos.

Outra ação realizada nesta fase foi a aquisição de equipamentos de localização de bens, através do processo licitatório 195.2012.VII.PE.118.SAD que teve como objeto a aquisição de impressoras de etiquetas patrimoniais, coletores de dados, respectivos acessórios, suprimentos e aplicativos, pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.



A secretaria centralizou a compra dos equipamentos e os disponibilizará para os diversos órgãos a partir de cronograma anual de inventário, mantendo assim a padronização do procedimento de inventário estadual além de coordenar e implementar ações de apoio técnico aos órgãos com a participação efetiva dos analistas em gestão administrativa.

3.2 O Levantamento físico dos bens móveis e sua identificação

Essa fase, atualmente em execução, compreende o inventário físico propriamente dito. Tanto por equipe própria como por contratação de consultoria, a secretaria iniciou a execução dos trabalhos nas principais secretarias incluindo as unidades vinculadas como escolas, delegacias e hospitais. O plano de trabalho proposto pela secretaria envolveu, entre outras, ações de mapeamento da estrutura organizacional, caracterização dos bens através da descrição utilizada pelo catálogo de materiais estadual, avaliação dos bens com parâmetros utilizados pelo mercado e a identificação dos bens por lote, conjunto ou tombamento individual.

O mapeamento da estrutura organizacional de acordo com o manual de serviços do órgão inventariado serve como o endereço para alocar os bens.

Dizer em um relatório que uma cadeira cadastrada na secretaria de educação está localizada na sala 01 de nada adianta. Esse exemplo, ainda que esdrúxulo, serve para enfatizar a importância do mapeamento da estrutura organizacional para o controle patrimonial. Um exemplo ideal de localização seria:

- Unidade Gestora: Secretaria de Educação – 120202
- Unidade administrativa: Escola Estadual José de Alencar – 120202.04
- Departamento: Coordenação Ensino Médio – 120202.04.03
- Localização: Sala 01 – 120202.04.03.01

Percebe-se a montagem de um verdadeiro mapa patrimonial a disposição da gestão para um eficiente controle de seus bens. Isso só é possível com o advento do sistema PE - Integrado que abarcará a estrutura governamental e departamental de todo o Estado.

A responsabilização (tópico detalhado adiante) tem estreita vinculação com o mapeamento organizacional, pois por ser um sistema integrado ao sistema de



peçoal, o PE - Integrado vinculará o servidor lotado naquele departamento 120202.04.03 como responsável pelos bens cadastrados naquele local. Além da responsabilização, o PE - Integrado contemplará a vinculação a centros de custos o que atende não só ao controle patrimonial e planejamento das aquisições como também ao processo de convergência contábil vigente no país.

Mapear a estrutura organizacional atrelada à responsabilização é primeira atividade da comissão de inventário. Conhecer o órgão que será inventariado em termos de tamanho e quantidade de bens facilita o dimensionamento de equipes e de tempo de execução além de identificar gargalos e riscos ao projeto inerentes à sistemática patrimonial.

Servidores dos órgãos inventariados foram disponibilizados para acompanhamento e apoio aos trabalhos da comissão. A participação desses atores é de fundamental importância, pois conhecem a história dos bens, sobretudo a forma de ingresso, sabendo identificar se são bens próprios (alvo do levantamento) ou de terceiros (bens cedidos, locados, dos servidores – particulares).

A carga inicial do inventário coletada pela comissão provém das mais variadas fontes: planilhas eletrônicas, registros manuscritos, relatórios contábeis, sistema próprio do órgão, relatórios de aquisições, etc.

De posse das informações preliminares patrimoniais, inicia-se o levantamento físico com a caracterização dos bens em consonância com o catálogo de materiais estadual com o objetivo de manter uma descrição padronizada. Esse catálogo também está passando por um processo de higienização. A depender do tipo de bem, o controle patrimonial será por tombamento individualizado, por lote ou conjunto.

Armários, veículos e máquinas são exemplos de bens controlados individualmente, ou seja, por afixação de etiquetas um a um. Carteiras escolares ou aparelhos de telefone são bens que podem ser controlados por lotes, sem a necessidade da identificação individualizada, recebendo apenas um controle de relação-carga. Já o computador tipo desktop poderá ser controlado como conjunto, onde o bem principal é o gabinete e o monitor, mouse, teclado e estabilizador figuram como agregados.



Todas essas definições estão sob análise da secretaria para a parametrização do módulo de patrimônio no PE – Integrado, pois as regras para controle patrimonial será atrelada ao catálogo de materiais integrado, gerando a padronização da forma de controle patrimonial.

Todas as informações coletadas durante o levantamento físico são inseridas em planilha eletrônica de dados especialmente elaborada para uma posterior importação desses dados para o PE – Integrado, o que deve ocorrer no segundo semestre de 2014.

3.3 A responsabilização patrimonial

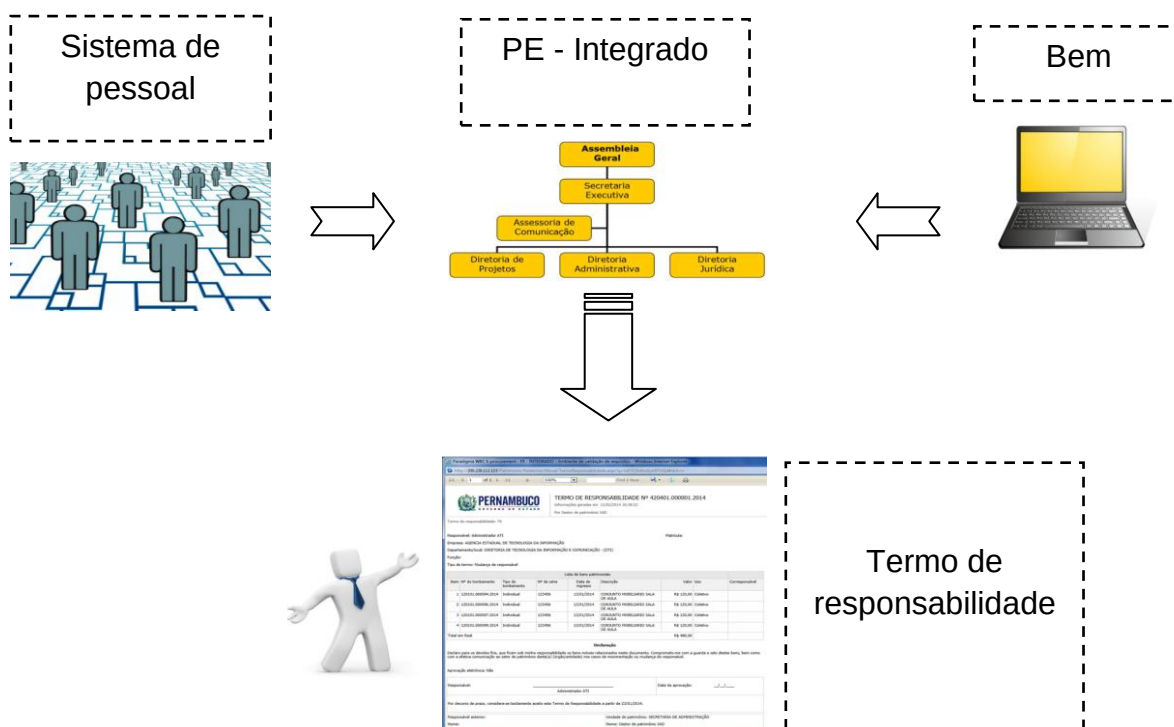
Tema já destacado nesse trabalho, a responsabilização é, antes de tudo, obrigação legal do servidor. Ator indispensável no cenário patrimonial, o servidor tem o dever de zelar e manter nas devidas condições os bens públicos utilizados por ele ou postos sob sua responsabilidade.

Sob essa perspectiva, o projeto busca implementar ações voltadas para a identificação do responsável a partir de sua vinculação ao órgão, presente no sistema de pessoal. Um gerente de contratos, por exemplo, terá atrelada à sua carga patrimonial todos os bens localizados na gerência de contratos. Inicialmente, parece uma ação simples e óbvia, entretanto a gestão pública ainda é bastante resistente ao procedimento de assinar um termo de responsabilidade. Nesse momento, contamos com o apoio da tecnologia novamente, onde os servidores serão mapeados a partir de suas lotações no sistema de pessoal que será integrado, como dito anteriormente, ao PE – Integrado. Via sistema, o servidor receberá uma mensagem com a lista de bens atrelada à sua carga patrimonial para o aceite, de forma eletrônica com a possibilidade de assinatura digital do termo.

Troca de responsáveis, movimentação de bens e baixas patrimoniais terão repercussão na funcionalidade de Termo de Responsabilidade, mantendo dessa forma a carga patrimonial sempre atualizada com a ciência do servidor. Todo o processo será feito eletronicamente.



Esquema 02 – Estrutura organizacional x Responsabilização.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2014).

4 PRIMEIROS RESULTADOS

O projeto de levantamento de bens móveis já conta com seus primeiros resultados: higienização da base de dados, a atualização do valor do patrimônio e a padronização da descrição dos bens e dos principais procedimentos patrimoniais.

O apoio da equipe de analistas em gestão administrativas foi de fundamental importância, pois a simples substituição do método de controle por si só não garante a implementação de novos modelos, mas, sobretudo, o processo de aculturação dos servidores para o recebimento dessa nova forma de controlar o patrimônio. Os analistas realizaram um grande esforço de sensibilização junto aos servidores lotados nos setores de patrimônio nos órgãos além das ações de capacitações realizadas pela Secretaria de Administração.

A higienização da base de dados foi alcançada com a centralização em uma única base (triagem e higienização das informações disponibilizadas em

diversas bases). A eliminação de controles paralelos, muitas vezes artesanal, foi um grande avanço nas diversas secretarias de estado.

A planilha eletrônica para a importação dos dados concentra hoje (temporariamente) informações patrimoniais mais atualizadas e seguras. Tais informações têm como destino final a base de dados do sistema PE – Integrado.

Dentre as informações levantadas, tem-se a valoração dos bens incluindo a conciliação contábil atendendo assim ao processo de convergência contábil.

E por fim, já foram padronizadas parte das classes presentes no catálogo de materiais, em especial mobiliário, bem como os principais procedimentos patrimoniais, em especial o inventário de bens móveis.

5 AÇÕES FUTURAS

As ações previstas para o ano de 2014 são descritas no seguinte macrocronograma:

Quadro 02: Ações para 2014.

2014	Descrição das ações
Jan - Mai	Padronização do catálogo de material – grupo mobiliário
	Definição dos parâmetros de controle patrimonial
Mai - Ago	PE – Integrado: Mapeamento das estruturas organizacionais integradas ao sistema de pessoal.
Jun - Dez	Migração dos dados – importação para o PE - Integrado.
Jul - Dez	Relatórios de inventários gerados com arquivos para coletores de dados – bens etiquetados RFID.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2014).



Espera-se concluir o levantamento total dos bens, sua padronização, valoração, responsabilização e por fim, a inserção no PE – Integrado para garantir a manutenção e o controle patrimonial através das tecnologias apresentadas neste trabalho.

O projeto tem como meta o levantamento de 1 milhão de bens móveis localizados na Região Metropolitana da cidade do Recife, local de maior concentração de sedes de secretarias, escolas, hospitais e delegacias estaduais. Forma de ingresso e documentos hábeis são algumas das informações que serão levantadas durante a execução do projeto. O prazo de conclusão previsto para dezembro de 2014.

6 METODOLOGIA

A metodologia escolhida foi a descritiva, pois tem como objetivo relatar o processo de planejamento, construção e organização do projeto de levantamento dos bens móveis. A metodologia descritiva permite descrever com detalhes as atividades relacionadas com marcos temporais e suas interdependências.

O projeto de levantamento de bens móveis apresentado neste trabalho tem interdependência com outros projetos da secretaria, como o sistema PE - Integrado, Convergência Contábil, Novo Modelo de Gestão Patrimonial do Estado, Modelo Integrado de Gestão e Sistema de Gestão de Custos do Estado, citados ao longo do texto de forma breve e sucinta.

Com a descrição das fases, buscou-se delimitar as ações inerentes ao procedimento de inventário e suas características inovadoras aliadas às novas tecnologias de controle patrimonial ofertadas pelo mercado.

Foram citados normativos e dispositivos infralegais com o objetivo de elucidar o arcabouço legal em que se baseia o referido projeto.

Sob uma abordagem qualitativa, este trabalho não fez uso de métodos e técnicas estatísticas, pois foi considerada a subjetividade da relação que se estabelece entre o processo em si e seus resultados. De acordo com Maanen (1979), tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social ao reduzir a distância entre teoria e dados, contexto e ação.



Nessa esteira, Malhotra (1993) defende que a pesquisa com dados qualitativos é a principal metodologia utilizada nos estudos exploratórios, uma vez que se trata de um método de coleta de dados não-estruturado e tem como finalidade promover uma compreensão inicial do conjunto do problema de pesquisa.

A pesquisa qualitativa não procura medir os eventos estudados, tampouco emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve tão-somente a obtenção de dados descritivos sobre os processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando, assim, compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos (GODOY, 1995).

Para construção do trabalho, foi escolhido como procedimento técnico o levantamento bibliográfico de normativos, manuais, livros e revistas relacionados ao tema inventário. Este tipo de análise busca proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do tema, no intuito de formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

Aos dados obtidos no levantamento foram agregadas informações obtidas em sites na internet, pertencentes a organizações governamentais e não governamentais, que divulgam textos relacionados com a temática abordada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão patrimonial pública sempre enfrentou desafios no tocante ao controle efetivo dos bens móveis, desde a aquisição, tombamento, inventário e, por fim, a baixa do acervo patrimonial. São diversas as inconformidades presentes como a mudança do local do bem móvel, a violação (ou extravio) da etiqueta patrimonial, a falta de assinaturas dos termos de responsabilidades, a troca dos gestores sem a devida atualização cadastral etc. Essas falhas merecem a busca de alternativas para a melhoria do efetivo controle e desempenho das atividades na gestão patrimonial.

Diante desse novo cenário, a gestão patrimonial pública vê na Tecnologia da Informação um aliado no desenvolvimento de um novo modelo de gestão voltado para a transparência, eficiência e controle, através de um registro adequado dos bens incluindo sua localização através de etiquetas inteligentes, proporcionando um inventário ágil e prático.



A Secretaria de Administração, frente às novas tecnologias de controle patrimonial, buscou promover um significativo aperfeiçoamento na sua gestão de bens móveis, através da implantação desse projeto.

Nesse sentido, a construção de um modelo de gestão dotado de visão sistêmica, orientado para o resultado, liderança, compartilhamento de informação e inovação é uma etapa decisiva para garantir a implementação das melhores práticas patrimoniais.

Pelo exposto, pode-se concluir que a implementação de um novo modelo de controle de bens serve como instrumento fortalecedor da Gestão Pública no estado de Pernambuco.

Sugere-se que futuros trabalhos analisem: (i) a responsabilidade patrimonial sob a visão dos centros de custos; (ii) a gestão e controle de bens cedidos: como controlar à distância; e (iii) Estratégias de sensibilização para uma mudança tecnológica no cenário patrimonial: por uma nova cultura patrimonial.

"Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares.

Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia".

Cecília Londres



8 REFERÊNCIAS

BERNARDES, José Francisco. **Gestão Patrimonial: Materiais Permanentes e Bens Móveis**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2009.

BRASIL. Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

DIAS, A. F. S. **Gestão Patrimonial na Administração Pública Estadual**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, 2006.

GL. **SCI. TECHNOL.**, v. 01, n. 07, p.51, dez/mar. 2008.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 58, abril 1995.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**, In Administrative Science Quarterly, vol.24, nº4. December 1979, p520.

MALHOTRA, N.K. **Marketing research: an applied orientation**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1993.

PERNAMBUCO. Decreto Estadual nº 40.222 de 24 de dezembro de 2013.

_____. Decreto Estadual nº 38.875, de 22 de novembro de 2012.

SANTOS, G. **Gestão Patrimonial**. Florianópolis: Secco, 2010.

<http://www.rfid.ind.br>. Acesso em 22 fev. 2014.



AUTORIA

Fabiana Ramalho Carneiro Leão – Secretaria de Administração do Estado – SAD (PE).

Endereço eletrônico: fabiana.ramalho@sad.pe.gov.br

Gisele Gomes de Sousa – Secretaria de Administração do Estado – SAD (PE).

Endereço eletrônico: gisele.gomes@sad.pe.gov.br

